

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE CAMPO MOURÃO
1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE CAMPO MOURÃO - PROJUDI
Avenida José Custódio de Oliveira, 2065 - Centro - Campo Mourão/PR - CEP: 87.300-020 - Fone: (44)
3525-2117 - Celular: (44) 99959-0757 - E-mail: cm-1vj-e@tjpr.jus.br

EDITAL DE LEILÃO/PRAÇA

Autos.....: 0013007-34.2018.8.16.0058 DE EXECUÇÃO FISCAL.

Exequente.....: MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO/PR

Executado.....: Espólio de FORTUNATO PERDONCINI representado(a) por HERMINIA PEREIRA DE CAMARGO PERDONCINI

1ª PRAÇA.....: 10 de março de 2.023, às 14:00 horas, on line pelo portal: www.spencerleiloes.com.br, pelo maior lance oferecido, pelo valor da avaliação.

2ª PRAÇA.....: 24 de março de 2.023, às 14:00 horas, on line pelo portal: www.spencerleiloes.com.br, não sendo aceito preço vil (50% cinquenta por cento).

Local.....: a realizar-se exclusivamente *on line* pelo portal: www.spencerleiloes.com.br pelo Leiloeiro Público Oficial, Sr. **Spencer D'Avila Fogagnoli**, matriculado na JUCEPAR nº 12.235-L, estabelecido à Av. Cerro Azul, Praça Pedro Álvares Cabral, 94 – Sobreloja, sala 01, zona 02, Maringá-PR., telefone (44)3026-4950.

Bem(ns).....: Lotes nº 05 e 06 da quadra nº 23 com área de 960m² situado na rua Dr. Ari Geraldo Assunção nº 29 no Jardim Nossa Senhora Aparecida nesta cidade devidamente registrada no 2º CRI desta comarca, matrículas nº 28.475 e 28.476, contendo um barracão comercial coberto com Eternit, em alvenaria de tijolos com área de 386,00m² em regular estado de conservação.

Observação.....: O imóvel está localizado na Rua Dr. Ari Geraldo Assunção, nº 29, Jardim Nossa Senhora Aparecida.

Depósito.....: Em mãos do Executado.

Recurso.....: Não há interposição de recurso.

Valor da Avaliação: R\$ 750.000,00 (Setecentos e cinquenta mil reais). Avaliado em 27/10/2022.

Valor da Dívida: R\$ 4.036,62 (Quatro mil e trinta e seis reais e sessenta e dois centavos). Atualizado em 08/12/2022.

ÔNUS.....: Além da penhora dos presentes autos, constam ainda os seguintes ônus sobre o referido bem:

- Matrícula nº 28.475: Penhora expedida pela 2ª Vara Cível de Campo Mourão/PR, extraída dos autos nº 151/2002.

- Matrícula nº 28.476: Penhora expedida pela 2ª Vara Cível de Campo Mourão/PR, extraída dos autos nº 151/2002.

Despesas Decorrentes: a) em caso de arrematação: **5% (cinco por cento)** sobre o valor da arrematação, a ser paga pelo arrematante (art. 24, parágrafo único do Decreto 21.981/32); b) em caso de adjudicação após a publicação do edital de leilão no site do leiloeiro: **2% (dois por cento)** sobre o valor atualizado da avaliação do bem adjudicado, a ser paga pelo adjudicante; c) em caso de acordo após a publicação do edital de leilão no site do leiloeiro: **2% (dois por cento)** sobre o valor atualizado da avaliação do bem, a ser paga pelo executado; d) em caso de remição/quitação da dívida após a publicação do edital de leilão no site do leiloeiro e antes do pregão: fica dispensado o pagamento da comissão do leiloeiro; e) em caso de remissão/perdão da dívida após a publicação do edital de leilão no site do leiloeiro: **2% (dois por cento)** sobre o valor atualizado da avaliação do bem, a ser paga pelo executado.

INTIMAÇÃO: Ficam desde logo intimados os interessados e o(a)s executado(a)s Espólio de FORTUNATO PERDONCINI representado(a) por HERMINIA PEREIRA DE CAMARGO PERDONCINI (art. 889, CPC) que não sejam encontrados para intimação pessoal da data de praça ou leilão, bem como de que, antes da arrematação e da adjudicação do(s) bem(ns), poderá(ão) remir a execução, consoante o disposto no art. 826 do CPC, pagando o valor principal e acessórios. Ficam, ainda, CIENTES de que o prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos expropriatórios contidas no art. 903, § 1º, do CPC será de 10 (dez) dias após o aperfeiçoamento da arrematação (art. 903, § 2º, CPC).

Campo Mourão, datado eletronicamente.

Eu, (*Dejair Palma - Escrivão*), que digitei por ordem judicial.

(Assinatura Digital)
VITOR TOFFOLI
JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

OBSERVAÇÃO: Este processo tramita (EXCLUSIVAMENTE) através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/>. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). Neste mesmo endereço web é possível consultar os autos supracitados, caso não estejam sob "Segredo de Justiça", através do item "Consulta Pública".